

Antropología Experimental

<http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/rae>
2022. nº 22. Texto 21: 319-332

Universidad de Jaén (España)
ISSN: 1578-4282 Depósito legal: J-154-200

DOI: <https://dx.doi.org/10.17561/rae.v22.6739>
Recibido: 17-11-2021 Admitido: 16-03-2022

A “economia do dom” como impulso para ações solidárias no pós-pandemia. Um estudo sobre uma horta doméstica em um bairro de Blumenau, SC, Brasil

Alvori AHLERT

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Brasil)

Irineu COSTELLA

Ana Isa DOS REIS COSTELLA

IECLB (Brasil)

alvoriahlerl@yahoo.com.br, irineu.costella@yahoo.com, anaisadosreis@yahoo.com.br

The “gift economy” as an impulse for solidarity actions in the post-pandemic. A study on a home garden in a neighborhood of Blumenau, SC, Brazil

Resumen

Este texto discute as hortas domésticas em espaços rural-urbanos como contribuição para uma “economia do dom” na realidade pandêmica, caracterizada pelo crescimento do desemprego, empobrecimento e insegurança alimentar. A investigação se constituiu como um estudo de caso que analisa uma experiência de horta doméstica em Itoupava Central, bairro com cerca de 28 mil habitantes, da cidade de Blumenau, SC, Brasil. A investigação constatou que uma horta doméstica, que possibilita a produção de alimentos orgânicos e mudas de árvores frutíferas para serem compartilhadas através de doações e acompanhadas de reflexão e motivação para a solidariedade, se constitui em importante símbolo de uma “economia do dom”, e possui potencialidades para re-significar ações coletivas e produção de alternativas frente à realidade do individualismo, da pobreza e da necessidade de relações socioambientais que referenciem a importância da sustentabilidade econômica, social e ambiental e o cuidado para com o ambiente no pós-pandemia.

Abstract

This text discusses home gardens in urban-rural spaces as a contribution to an “gift economy” in a pandemic reality, characterized by the growth of unemployment, impoverishment and food insecurity. The investigation was constituted as a case study that analyzes an experience of a home garden in Itoupava Central, a neighborhood with about 28 thousand inhabitants, in the city of Blumenau, SC, Brazil. The investigation found that a home garden, which enables the production of organic food and fruit tree seedlings to be shared through donations and accompanied by reflection and motivation for solidarity, constitutes an important symbol of an “gift economy”, and it has the potential to give new meaning to collective actions and the production of alternatives facing the reality of individualism, poverty and the need for social and environmental relations that refer to the importance of economic, social and environmental sustainability and care for the environment in the post-pandemic.

Palabras clave

Economia do dom. Alimentos orgânicos. Solidariedade. Hortas domésticas. Pós-pandemia
Gift economics. Organic food. Solidarity. Home gardens. Post-pandemic

Introdução

A irrupção da pandemia por COVID-19 provocou um abalo inédito neste início do séc. XXI, evidenciando os impactos das ações humanas caracterizadas pela destruição do ambiente, pela desorganização da vida nas aglomerações urbanas, pela assimetria crescente entre a grande maioria pobre e as elites econômicas, pelo modelo neoliberal imperante no ocidente e que apregoa o Estado mínimo desprovido de políticas públicas de proteção aos mais vulneráveis e necessitados para o acesso à saúde, educação, transporte, e que concentra, cada vez, mais a riqueza e os meios de exercer o domínio sobre uma população mundial individualizada, “descomunitarizada” pela ideologia do empreendedorismo individualista.

As consequências dessa realidade são a incapacidade dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, apesar de todo o acúmulo de conhecimento e tecnologia logrado pelo desenvolvimento humano, em enfrentar a crise sanitária gerada por doenças zoonóticas, a crise ambiental resultante na perda da biodiversidade e o aprofundamento das desigualdades no mundo.

A crise sanitária desnudou a desgovernança ambiental e demonstrou que a saúde humana e a saúde animal são indissociáveis. Suas reações, em nível mundial, provocaram uma discussão mais aprofundada sobre o papel do Estado na proteção dos mais vulneráveis. Entretanto, em muitos países, grupos de extrema direita, com agendas negacionistas e anticientíficas, estavam no poder e, consequentemente, geriram a crise pandêmica e ambiental segundo sua agenda política ideológica consorciada com políticas econômicas ultraliberais de desmonte do Estado. Conforme Alpino et al. (2020, p. 2):

“No Brasil, uma das principais medidas foi o isolamento social, sendo alvo de debates em função das repercussões econômicas, sociais e psicológicas, e colocado em prática em distintos graus entre os estados e municípios brasileiros. A postura cética de autoridades, como a do Presidente da República, que não acredita na eficácia dessa medida no controle da pandemia com um discurso divergente dos ministros da saúde, além da falta da adoção de ações convergentes com critérios comuns pelos entes federados em relação ao isolamento social, a troca de dois ministros da saúde e a ausência, há mais de 40, dias de um ministro efetivo podem afetar a eficácia dessa medida de combate à pandemia e a adesão da população”.

Com a paralisação econômica e o distanciamento social o desemprego acelerou vertiginosamente. Essa situação deflagrou um crescimento substancial na Insegurança Alimentar (IA). Segundo a Vigisan, “[...] a perda de emprego de algum(a) morador(a) e o endividamento da família são as duas condições que mais impactaram o acesso aos alimentos [...]” (2021, p. 44). Mas a pesquisa da Vigisan aponta que a insegurança alimentar já vinha crescendo antes da pandemia na esteira das políticas neoliberais implementadas a partir do golpe de 2016 que depôs a Presidenta Dilma Rousseff:

“Os resultados das três edições das PNADs (2004, 2009 e 2013) revelaram importante redução do percentual de domicílios em IA em todo o país. Estes resultados, analisados juntamente com informações sociais e econômicas que conformam a PNAD, contribuíram muito para a compreensão do impacto de diferentes intervenções na situação de acesso aos alimentos por parte da população brasileira. Já os dados da POF 2017-2018 mostram o oposto, isto é, houve redução da Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil Segurança Alimentar que voltou para os níveis de 2004 (cerca de 60% dos domicílios), com o aumento correspondente da IA, sobretudo, a IA grave, que indica ocorrência de fome” (Vigisan, 2021, pp. 14-15).

Com a pandemia se intensificou, ainda mais, a IA no Brasil. Segundo pesquisas de Ribeiro-Silva et al. (2020), o distanciamento e isolamento social organizados por governos estaduais e prefeituras municipais implicaram na diminuição drástica de circulação de alimentos com a suspensão dos canais de comercialização, especialmente impactados pela interrupção das aquisições pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, agricultores familiares, dentre os quais muitos já se encontravam em situação de pobreza ou dificuldades socioeconômicas, engrossaram a vulnerabilidade social. Os/as autores/as assim resumem as consequências da pandemia da COVID-19 na quadro 1.

Quadro 1. Repercussões da COVID-19 na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

Dimensão de SAN	Repercussões da pandemia Covid-19
Disponibilidade de alimentos	- Prejuízos na oferta de alimentos in natura da agricultura familiar (AF), especialmente as frutas e os vegetais; - Paralisação do PNAE e aquisição de alimentos da AF; - Fábricas de processamento de alimentos fechadas devido a surtos entre trabalhadores; - Equipamentos de venda e comercialização de alimentos foram fechados: fechamentos de feiras livres, restaurantes; - Limitação de transportes de alimentos;
Acesso aos alimentos	- Redução ou suspensão de renda para os mais vulneráveis- trabalhadores informais; - Redução de cobertura do BF;
Consumo	- Redução do consumo de alimentos in natura; - Aumento do ganho de peso e/ou transtornos alimentares associados à inatividade física e ao isolamento social;
Utilização biológica	- Redução ou ausência de acesso aos serviços de saúde pode tornar crianças, idosos, gestantes mais vulneráveis as deficiências nutricionais; - Pessoas/populações sem acessos regular e permanente à água, saneamento e higiene adequados estão sob o risco de desenvolver a má-nutrição, em particular, a desnutrição e as carências de micronutrientes.

Fonte: Elaboração própria.

Fonte: Ribeiro-Silva et al., 2020, p 3425.

Esta realidade suscita grandes desafios no momento atual e, especialmente, para o Pós-Pandemia. Como dizia Millôr Fernandes: “O Brasil tem um enorme passado pela frente”. Precisamos repensar e reconstruir os laços sociais, as compreensões das ações políticas e o desenvolvimento de ações participativas com conhecimento e capacidade interpretativa dessas questões, reconstruir a comunitariedade, reaprender o associativismo e, sobretudo, cuidar de nossa casa comum.

Diante disso, a presente pesquisa objetiva compreender e descrever a importância da produção de alimentos orgânicos, dentro de princípios de sustentabilidade, para enfrentar a IA e, mediante uma economia de solidariedade através do dom, produzir um espírito de aprendizagem e reaprendizagem contínua dos princípios e valores humanos de justiça, direitos, articulações sociais e compromisso com a coletividade. “[...] o apoio à segurança alimentar nutricional e um desenvolvimento sustentável, condiz com a procura e necessidade de uma alimentação segura e saudável e auxilia na diminuição dos índices de insegurança alimentar e nutricional e ainda fortalece e incentiva a diversificação da agricultura familiar, principalmente na produção de produtos orgânicos, estimulando o consumo de alimentos saudáveis e seguros” (Zanini; Soares; Ahlert, 2021, p. 7).

Por isso, na primeira parte do texto, faremos uma discussão teórica sobre a economia do dom a partir da obra de Marcel Mauss e seus intérpretes para a realidade que, aqui, nos desafia. Na segunda parte da pesquisa, apresentamos a análise de uma experiência em construção: a constituição de uma horta doméstica numa interface entre o urbano e o rural em um bairro da cidade de Blumenau, SC. Em forma de diálogo sobre o tema, produzimos sentidos e esperanças de um futuro mais humano e respeitoso para com os ditos irracionais e o ambiente. Com base na produção de alimentos orgânicos, que são compartilhados com pessoas dos arredores, embalados em amor, fraternidade, solidariedade, paz e esperança, verdadeiras sacolas de humanismo e Ensino-

aprendizagem sobre a ética do cuidado com as pessoas e a natureza, feito práxis. E, a modo de conclusão, vamos analisar a importância, contribuição e alcance dessa experiência tão singela, mas da profundidade de um poço que gera águas de vida límpidas e cristalinas.

A dádiva como impulso simbólico para uma comunidade do “Nós”

Bartolomeu Melià, um dos maiores pesquisadores da cultura guarani, em muitas de suas conferências, falava de três importantes grandezas da filosofia e do cuidado desse povo originário: 1. Quando se perguntava a um guarani sobre quem ele é, sua resposta, diferentemente de nossa cultura que evidencia os feitos e conquistas individuais ligados ao nome do indivíduo, o guarani respondia: “Eu somos nós”. 2. Diante das refeições diárias e coletivas, ninguém iniciava seu manjar sem, antes, haver a certeza de que teria alimento para todos e todas. 3. Melià dizia que, nas várias décadas nas quais conviveu com comunidades guaranis, ele nunca havia observado um adulto bater em uma criança e, ao mesmo tempo, uma criança desrespeitar um adulto, fruto de uma educação própria daquele povo.

Compreender estas formas de convivialidades é fundamental para superar o isolamento social, as posturas individualistas e a invisibilidade do Outro, especialmente, o mais necessitado:

“Essa mudança supera a negação do Outro. (Eu (s) e Outro (s)), através da linguagem e seus símbolos, entram em diálogo e constroem o consenso. Isso significa um retorno à comunidade, não ao mito da comunidade, mas no sentido de relações face a face na qual os seres humanos refletem, dialogam e projetam o desenvolvimento da vida segundo o reino da necessidade, da arte, e da ética não mais egoísta, mas perguntando sobre suas finalidades e meios que envolvem todas as sociedades e seu contexto, meio ambiente e sua cultura” (Ahlert, 2003, 151).

Por isso, cabe, aqui, num primeiro momento uma reflexão sobre a economia do dom como uma possibilidade de reconstrução e de *neotenia*. Segundo Ernildo Stein, os seres humanos primitivos desenvolveram a aprendizagem, fundamentalmente, relacionada ao “aprender a comer” (Stein, 2003, p. 72). Uma vez garantida a comida, as crianças podiam ser envolvidas em atividades para “[...] aprender com o mundo exterior, onde se poderia encontrar o alimento [...]. Sabemos, hoje, essa tendência, para aprender é tratada pelos antropólogos de *neotenia* (Idem). Esta forma de educação pode contribuir no desenvolvimento e resgate de saberes sobre a importância e formas de acesso ao alimento, sobre a terra, sobre a solidariedade e a convivialidade fraternas a partir daquilo que uma natureza bem cuidada e protegida pode proporcionar a nós, seres humanos. E, para isso, não partimos de um ponto zero, mas da necessidade de auscultar a antropologia histórica e res-significar aquilo que o legado dos povos originários, que tão bem administrava uma harmoniosa relação com a terra e a biodiversidade. Bartolomeu Melià descreve, a partir da arqueologia, o avançar dos europeus, conquistadores e exploradores parasitários sobre o povo Guarani. Nestes contatos os europeus eram surpreendidos ao “[...] encontrar-se com aquela portentosa abundância de produtos agrícolas nas terras do Guarani. ‘Se encontra tanta abundância de mantimentos, que não só há para a gente que ali reside, mas para mais de outros 3 mil homens em cima’, manifesta o governador Martínez de Irala, em 1541” (Melià, 1990, p. 35).

Stein (2003) considera que, no longo processo evolutivo a formação se sobrepôs à educação e levou os seres humanos à competição, freando o processo de solidariedade cuja aprendizagem se daria através da *neotenia*. Diante disso, o autor afirma: “A grande questão que se coloca é como se produziu essa espécie de inibição da solidariedade e que elementos teríamos, hoje, para desencadear novamente no ser humano, não o surgimento, mas o desenvolvimento dessa dimensão da solidariedade” (Stein, 2003, p. 80).

O atual contexto de pandemia, de dilaceramento das relações sociais, de fome e miséria retornando fortes em nossa realidade brasileira, cabe espelhar experiências de vida calcadas sobre ações de solidariedade, urbanidade e simbiose com a rica e boa criação divina. A natureza, quando cuidada, nos responde com abundância generosa de alimentos, de oxigênio, de sombras

agradáveis e alegrias coloridas com flores num intercâmbio amoroso do cantar dos pássaros e demais animais de convivialidade com os humanos. Para isso acontecer Ernildo Stein afirma que:

“[...] é preciso acrescentar aos dois elementos constitutivos da relação de ensino e aprendizagem, o elemento educativo e o elemento formativo, o elemento da gratuidade, isto é, solidariedade” (2003, p. 84).

Neste sentido, acreditamos que a “Economia do Dom”, derivada da obra de Marcel Mauss, “Ensaio sobre a Dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” ([1923-24] 2003, pp. 185-210), pode ser uma forma de teorizar e significar pequenas experiências que persistem ou renascem numa relação amorosa com a terra e seus frutos e que se traduzem em uma nova economia localizada para saciar a fome, criar laços de amizade, fraternidade, sororidade e, ao mesmo tempo, cuidar do ambiente.

Conforme Paulo Henrique Martins (2014), o Ensaio sobre o Dom pode ser compreendido como um pensamento pós-colonial, aproximando-se com a crítica decolonial, pois, Mauss, na primeira parte de seu texto, realiza uma descrição de rituais históricos, culturais e simbólicos não europeus, dando legitimidade aos saberes culturais além-Europa. Assim, sua teoria se junta à teoria cultural fora do eurocentrismo para fazer a crítica ao modelo utilitarista da economia liberal eurocêntrica, desconstruindo a pretensão universalista desse conhecimento. Nesta perspectiva Martins identifica duas leituras sobre o Ensaio do Dom:

“[...] a primeira, moral, ajuda a desmistificar a ideologia utilitarista do ocidentalismo e a perversão da dominação colonial; a segunda, estética, permite entender a modernidade como um processo de hibridação (hybridization encounter), no qual a ciência racionalista deve, necessariamente, interagir com o pensamento simbólico que se desdobra nas atividades artísticas e literárias” (Martins, 2014, p. 28).

Esta análise permite conceder ao Ensaio sobre o Dom um caráter universalista e, portanto, instrumento legítimo para analisar e interpretar experiências e simbologias de relações econômico-culturais emancipatórios latino-americanos.

Relativamente ao nosso objetivo, Marcel Mauss concluiu, com suas pesquisas sobre o Dom (Dádiva) que, “As dádivas circulam, como vimos, na Melanésia e na Polinésia, com a certeza de que serão retribuídas, tendo como “garantia” a virtude da coisa dada que é, ela própria, essa “garantia” (Mauss, 2003, p. 236).

“Dadivar”, isto é, presentear, não significa, primeiramente, mirar numa troca que gere vantagens, mas o tempo se encarrega de construir no outro, no que recebe, o desejo de retribuir a felicidade produzida pelo receber. Tais sentimentos de retribuição geram amizade, e levam ao implicar-se com o Outro, (re)estabelecendo relações de convivialidade comunitária e de pertencimento a um conjunto de relações sociais que desenvolvem solidariedade e associativismo comprometido:

“O «tempo» é necessário para executar qualquer contraprestação. A noção de tempo está, portanto, logicamente implicada quando se trata de retribuir visitas, contrair casamentos, alianças, estabelecer uma paz, participar de jogos e regulamentados, celebrar festas alternativas, retribuir serviços rituais e de honra, «manifestar respeito» recíprocos, coisas essas que se trocam juntamente com coisas cada vez mais numerosas e preciosas, à medida que essas sociedades são mais ricas” (Mauss, 2003, p. 237).

Assim, as dádivas adquirem uma força cinética em termos de onda para dentro de uma sociedade de indivíduos isolados, “linkando” pessoas com suas necessidades e possíveis soluções que satisfaçam a elas, pois, conforme Mauss, “Podemos ainda levar mais longe a análise e provar que,

nas coisas trocadas no potlatch¹, há uma virtude que força as dádivas a circular, a serem dadas e retribuídas” (Mauss, p. 251).

As conclusões de Mauss evidenciam a universalidade da teoria do Dom através da análise do Potlatch: “em quatro grupos importantes de populações, encontramos: primeiro, em dois ou três grupos, o potlatch; depois, a razão principal e a forma normal do próprio potlatch; e, mais ainda, para além deste e em todos os grupos, a forma arcaica da troca: a das dádivas oferecidas e retribuídas (Maus, 2003, p. 264).

Mas dentre suas conclusões mais significativas para nosso objeto de estudo, as hortas domésticas, com seus potenciais frutos a serem partilhados em forma de dádiva, encontramos em sua análise do “Direito hindu clássico (Teoria da dádiva)” (2003, p. 277). Nessa análise se evidencia a força motora da dádiva enquanto geradora de relações fraternas, de cuidados mútuos, de solidariedade, de satisfação das necessidades através de vínculos comunitários. Nas palavras de Mauss:

“A coisa dada produz sua recompensa nesta vida e na outra. Aqui, ela engendra automaticamente para o doador uma coisa idêntica a si mesma: ela não é perdida, ela se reproduz; no outro mundo, é a mesma coisa aumentada que reaparece. O alimento dado é alimento que voltará neste mundo ao doador; é o mesmo alimento, para ele, no outro mundo; é ainda o mesmo alimento na série de seus renascimentos” (2003, p. 280-281).

Uma pequena porção de terra pode gerar muita vida quando seus frutos são partilhados para atender aos objetivos com os quais estes frutos se oferecem, o de alimentar e reproduzir vida. Aqui, a teoria do Ensaio sobre o Dom desmascara a economia liberal que se fundamenta no acúmulo da produção para gerar riquezas monetárias aos seus detentores. A contraposição a essa forma de lidar com a produção agrícola Maus encontra na perspectiva interdisciplinar entre a Teologia, a Economia e o Direito hindus: “A terra, o alimento, tudo o que se dá, são, aliás, personificados, são seres vivos com os quais se dialoga e que participam do contrato. Eles querem ser dados” (2003, p.281).

O Dom, na cultura hindu, está fortemente ligado ao alimento e seu trânsito entre as pessoas. Esta relação de circularidade do alimento, que também está afirmado nos Evangelhos de Jesus Cristo, nos quais se defende a partilha/distribuição dos pães, Mauss identifica nos versos: “*Recebe-me (donatário), Doa-me (doador). Doando-me tu me terás de novo*”. E o autor destaca essa importância da linguagem bramânica assim citando o texto sagado: “*neste mundo e no outro, o que é dado é adquirido de novo*” (Idem).

A importância do alimento, na teoria do Dom na cultura hindu, é caracterizada por seu autor ao citar um código antigo dessa cultura:

“Um código muito antigo diz que Anna, a própria comida deificada, proclamou o seguinte verso: *«Aquele que, sem me dar aos deuses, aos manes, a seus servidores e a seus hóspedes, (me) consome preparada e, em sua loucura, (assim) engole veneno, esse eu consumo, sou a morte dele. Mas àquele que oferece o agnihotra, cumpre o vaiçvadeva e come a seguir –em contentamento, em pureza e fé– o que*

¹ Para o/a leitor/a não familiarizado/a com a teoria de Mauss, transcrevemos a explicação do Potlatch conforme Martins o esclarece: “Potlatch é um festejo religioso de tribos indígenas dos Estados Unidos da América e do Canadá, muito comum no século XIX, e que é descrito por Mauss no Ensaio sobre a dádiva. Este ritual sobreviveu no século XX, apesar das reações das autoridades governamentais daqueles países, que o consideravam “irracional”. A palavra potlatch significa dar, caracterizando o ritual como de oferta de bens e de redistribuição da riqueza. O potlatch se constitui de homenagem com presentes variados como dinheiro, taças, copos, mantas, entre outros, que era comum entre as tribos. Diz Mauss que essas tribos acumulavam bens, em uma época do ano, para poder realizar as doações na estação seguinte. O valor e a qualidade dos bens dados como presentes são sinais do prestígio do homenageado e quanto maior a doação, maior o reconhecimento. No limite, a doação poderia significar o sacrifício da própria vida do doador” (Martins, 2014, p. 23).

resta depois que alimentou os que ele deve alimentar, para esse torno-me ambrosia e ele se delicia comigo» (Mauss, 2003, p. 282).

Com base nas afirmações desse Direito teológico-econômico hindu, Marcel Mauss constrói uma significância sobre os alimentos que confrontam, radicalmente, a realidade de fome que ainda crassa no planeta. Um questionamento consistente, que desvela a injustiça econômica que produz IA no Brasil, um país agro-exportador de *commodities*. Apenas 600 mil famílias compõem o agro-negócio brasileiro que abocanha mais de dois terços dos recursos públicos para a agricultura e cujas exportações estão isentas de tributos:

“Os tributos de incidência mercantil, como o Imposto sobre as operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza (ISS), isto é, sobre a produção e circulação de mercadoria, bem como os serviços, possuem previsão expressa na Carta Magna que veda a incidência sobre as operações que destinem a exportação, sendo que a ampliação do benefício para os produtos primários e semielaborados, foram contemplados na Lei 87 de 13 de setembro de 1996, conhecida por «Lei Kandir» (Neukirchen et al, 2017, p. 93).

Contra a economia apoiada em *commodities*, negociadas em bolsas de valores para enriquecer acionistas, a antropologia do Dom assevera que:

“É da natureza do alimento ser partilhado; não dividi-lo com outrem é «matar sua essência», é destruí-lo para si e para os outros. Tal é a interpretação, materialista e idealista ao mesmo tempo, que o bramanismo deu da caridade e da hospitalidade. A riqueza é produzida para ser dada. Se não houvesse brâmanes para recebê-la, «vã seria a riqueza dos ricos» (Mauss, 2003, p.282).

E o autor do Ensaio sobre o Dom conclui com uma visão profética da antiga moral da teologia bramânica nos lembrando que, “Aquele que come o alimento sem saber, mata o alimento e, comido, o alimento o mata. A avareza interrompe o círculo do direito, dos méritos, dos alimentos que renascem perpetuamente uns dos outros” (Mauss, 2003, p.283).

Ao concluirmos esta parte do texto falta-nos um conceito mais sistematizado para a Economia do Dom. E este, encontramos em um dos principais estudiosos e discípulo de Marcel Mauss, Alain Caillé, que nos brinda com um dos melhores conceitos para o tema, desenvolvido no Dicionário Internacional da Outra Economia:

“Dádiva pode ser definida como o oferecimento aos outros de um bem ou serviço sem garantia de que haverá retribuição, mas com esperança de que ocorrerá correspondência, situação que pode estabelecer relações de aliança e de amizade. Dádiva não é filantropia ou sacrifício, tampouco gratuidade sem motivo e sem intenções. Para todos aqueles que desejem libertar-se das imposições da economia, quer tentando construir uma economia diferente, quer procurando um lugar distinto, para além da economia, a menção à dádiva impõe-se como uma evidência principal, como um recurso obrigatório” (Caillé, 2009, p. 103).

Materiais e método

Os passos da pesquisa seguiram um processo de coleta através da escolha do método, o enfoque; a definição e delimitação da unidade de análise e o levantamento fotográfico do objeto em questão.

Enfoque da pesquisa

A pesquisa se caracteriza como estudo de caso que, segundo Yin (2001, p. 32), “[...] é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Para Alvim Antônio de Oliveira Netto, “é possível explicar ou descrever um sistema de produção ou sistema técnico no âmbito particular ou coletivo” (Oliveira Netto, 2006, p. 14), e está vinculada à Linha de Pesquisa *Desenvolvimento territorial, meio ambiente e sustentabilidade rural*, do programa interdisciplinar de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPG-DRS, Unioeste).

Unidade de análise Enfoque da pesquisa

A unidade de análise se constitui de uma horta doméstica criada e desenvolvida por Irineu Costella e Ana Isa dos Reis Costella, cujo objetivo é a produção de alimentos orgânicos e frutíferas e a prática da partilha em uma comunidade religiosa num bairro da cidade de Blumenau, SC.

Técnicas de coleta e análise dos dados

Para a análise, os autores organizaram a visita técnica e discutiram cada dimensão e significado do empreendimento com base na “Economia do Dom”, de Marcel Mauss. Os diálogos entre os autores, que levaram à análise da experiência em discussão, ocorreram no bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau, em 09 de outubro de 2021. As discussões posteriores para a redação final da pesquisa foram realizadas através da Plataforma *Teams Microsoft*. Assim, a discussão dos resultados se constitui na análise e discussão apresentada a seguir.

Análise e discussão dos resultados

A horta doméstica, objeto dessa pesquisa, se encontra junto a casa pastoral da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana, bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau, SC.

O Bairro Itoupava Central

O bairro surgiu às margens do ribeirão Itoupava, com alguns lotes demarcados no período da instalação da Colônia Blumenau, em 1864 (Itoupava Central, s.d.). Com uma população aproximada de 28 mil habitantes, se constitui no maior bairro de Blumenau. Segundo o IBGE (2021), o município de Blumenau conta, atualmente, com cerca de 366.418 habitantes.

A evolução em número de habitantes do bairro foi maior até o ano de 1991, quando atingiu mais de 20 mil habitantes: “5.284 habitantes em 1980, 8.432 em 1991, 20.454 habitantes em 2000 e projetada para 2010 uma população de 23.596 pessoas” (Idem). Na sua origem o bairro era constituído de propriedades rurais: “[...] atividades agrícolas e pecuárias desenvolvidas nos lotes coloniais, com produtos destinados ao consumo das próprias famílias ou para serem beneficiados pela Cia. Jensen (fundada em 1899 e fechada em 1984), onde se pasteurizava o leite, produziam-se banha e embutidos, vendidos em todo o Brasil” (Idem). Conforme o site População (2021), a população atual do bairro estaria em 28.164 habitantes. Trata-se de um bairro que vive numa interface rural-urbano.

“Na área urbana do bairro ainda se vê a existência de pequenas hortas de fundo de quintal e uma pecuária pouco significativa, ambas para consumo próprio. No fundo dos vales da área rural, encontra-se uma região agrícola muito rica, com plantações de banana, milho aipim, mandioca e outras culturas não menos importantes. A pecuária é formada por criação de bovinos, suínos e gado de leite” (Itoupava Central, s.d.).

A horta doméstica, objeto de nosso estudo, se localiza na Rua Dr. Pedro Zimmermann, 10.139.

Figura 2 – Imagem, em dois ângulos da horta doméstica



Fonte: Acervo da pesquisa, 2021.

Sobre a criação e o sentido da horta doméstica

A pesquisa teve como objetivo identificar a construção de novas relações entre os seres humanos, e para com a natureza, no período da pandemia da COVID19. Na perspectiva do cuidado, buscou-se identificar, estudar, descrever e tornar pública experiências relevantes que trabalham a fraternidade, a sororidade e a dádiva no contexto da produção orgânica de alimentos.

Assim, julgou-se dar conhecimento a uma atividade muito importante, realizada através de uma horta orgânica de produção de alimentos e mudas frutíferas que são compartilhados com outras pessoas residentes no entorno do empreendimento, que é desenvolvido por um casal atuante em comunidade, no bairro Itoupava Central, da cidade de Blumenau, SC.

Devido ao seu aspecto histórico, geográfico e dimensional sobre um morro, que lhe confere visibilidade de longo alcance, os moradores da residência, onde se situa a horta em questão, a denominaram de “Solar da Gratidão”. A horta foi iniciada no final de março de 2019, quando ocorreu a formação de canteiros para a horta doméstica e o plantio das primeiras verduras e hortaliças. O objetivo foi plantar produtos sem agrotóxico e que permitissem um contato com a natureza. Ao longo dos meses, esses canteiros foram sendo aumentados e iniciou-se o plantio de árvores frutíferas, com vistas à criação de um pomar doméstico, contemplando uma pequena variedade de frutas. Em julho de 2019, as lideranças da comunidade ofereceram o amplo terreno ao casal, o que permitiu ampliar significativamente a área a ser cultivada como horta doméstica.

O que motivou o casal para essa atividade de horta doméstica para o consumo próprio e para compartilhar com os demais moradores do bairro está ligado a fatores que contribuem com algo sagrado para eles: a criação e aprofundamento de laços, de vínculos com os moradores do bairro.

O casal fixou residência em Itoupava Central em fevereiro de 2019. Inicialmente, não existia a horta. Quando o casal a iniciou houve o tempo de as sementes germinarem e se desenvolverem até chegar a colheita. Foi a sensibilidade, acolhida e amabilidade dos moradores da comunidade, que os presenteavam com batatas, aipim, chuchu, taiá, repolho, alface, frutas em geral e mudas frutíferas. Assim, os dois sentiram que estavam contraindo uma dívida com eles e eles detinham grande crédito. Eram donatários e sentiram-se na necessidade de ser, também, doadores. Como agradecer atos tão generosos, tão significativos?

Figura 3 – Imagem do “Solar da Gratidão”, com vista parcial da Horta Doméstica



Fonte: Acervo da pesquisa, 2021.

A partir disso, sentiram a necessidade de ter na mesa alimentos sem agrotóxicos, similares àqueles que recebiam. Pois, o casal trazia desde a infância rica experiência de horta familiar, dado que seus pais valorizavam enquanto produção de boa alimentação. Os pais de Irineu eram pequenos agricultores, com terra para plantar e colher para sobrevivência e a chamavam de “colônia”. Alguns suínos, vacas leiteiras, galinhas, pomar, parreiral pequeno. Como diaristas, pais e filhos, sempre que a oportunidade aparecia, aproveitavam-na e recebiam para adquirir café, açúcar... O terreno que, agora, Ana e Irineu tinham à disposição, lhes permitiria um retorno à saudosa experiência infantil. Os pais de Ana plantavam, no quintal da casa, verduras, hortaliças e chás e mantinham um pequeno pomar com frutas típicas da região, além de manter três pequenos açudes de peixe em sua chácara, chamada de roça. Os avós de Ana também tinham a sua “roça” onde plantavam milho, aipim, taiá, algumas verduras e hortaliças, além de manterem um açude de peixes e umas poucas vacas leiteiras.

Os pais de Irineu e Ana Isa viveram em uma época que tudo se partilhava. Não havia freezer para conservar os alimentos. Podia-se guardar, por exemplo, a carne em latas de banha. Mas, havia um costume mais saudável. Quando um animal era abatido, partes dele eram distribuídas às famílias mais próximas que, por sua vez, faziam o mesmo ao abater um animal em sua propriedade. Essa troca, também, se fazia com farinha, pão, sal, açúcar, fósforos, canetas... O pai do Irineu distribuía para os vizinhos os primeiros produtos da terra sem que esposa e filhos soubessem. Depois, “na primeira refeição, contava-nos, muito feliz, o que fizera. E nós nem sabíamos que os produtos já estavam prontos para a colheita”. E havia grande alegria e boa convivência na comunidade que partilhava produtos, experiências, saberes e serviços, pois o seu Italvino Simonato era o mecânico da Vila e, quando os moradores precisavam de algum serviço, por vezes, ele o fazia gratuitamente. Os pais e avós de Ana cultivavam a “cultura de subsistência”, partilhando entre a família e com os vizinhos a colheita. O leite e os ovos, na casa dos avós de Ana, eram vendidos a preço de custo para pessoas do bairro e, com este dinheiro, os avós investiam na compra de insumos e na continuidade da criação e cuidados necessários com os animais e com o solo.

Estas experiências desenvolveram o apreço por relações significativas, desde sempre e, por isso, pensaram em ampliar o espaço produtivo, dado que receberam de empréstimo uma área maior, havendo a possibilidade de se tornarem doadores para uma comunidade de quem eram donatários e promovendo a boa convivência na partilha dos produtos. Inclusive de produtos que o casal não consome. A produção seria subordinada à doação, pois pretendem doar, produzir, cavando a terra com pá reta, uma vez que, o terreno não se presta à intervenção de implementos

agrícolas. Concluindo, pode-se dizer que a necessidade de doar, retribuindo, os levou a cultivar, alicerçados na experiência que os acompanha desde a infância.

Considerando que o casal reside no bairro Itoupava Central desde 2019, e o bairro mantém, ainda, algumas características rurais, uma análise do bairro, em suas dimensões sociais, econômicas e ambientais permite afirmar que o mesmo é formado por famílias com grande parentesco, dando a impressão de que “todos sejam parentes de todos”. Há vantagens e desvantagens, consequentemente, favorecendo a unidade, por vezes e, por outras, desfavorecendo-a, consequência da história familiar. O bairro possui uma história de prosperidade e de saudade do “aqui tinha dois clubes de futebol, sede para eventos, incentivo para a comunidade, [...] a Companhia era o motor das relações sociais e econômicas”, é o que se ouve, atualmente.

Economicamente, o bairro foi próspero. Contava com a Companhia Jensen, agricultura, indústria e comércio, atuando no comércio atacadista de leite e laticínios, fundada em 1872. Empreendimento agropecuário e ponto de convergência de produtores locais, que contribuíam no fornecimento de matéria prima dos produtos fabricados pela companhia: aves, bovinos, arroz, leite, uma mistura de produção com economia familiar, com grande prosperidade para produtores e funcionários da firma. A prosperidade da empresa se tornou pesadelo nos anos 80 com a decadência pela competitividade com marcas maiores, início da crise econômica e enchentes. 112 anos depois, em 1984, o sólido empreendimento fechava as portas para sempre. E a decadência repercutiu nos produtores, limitando os “sobreviventes” ao cultivo da horta familiar, com raros produtores indo além deste limite.

As características ambientais são de área viável para a produção, em pequena escala. Porém, ônus e bônus não são compensatórios o suficiente para incentivar o plantio. Relatos de pessoas ligadas à agricultura assinalam o pouco investimento público no fomento de feiras do produtor, no incentivo à produção agrícola e no reconhecimento deste valoroso trabalho.

Apesar das características rurais do bairro, ainda não existem movimentos de preservação da natureza ou de incentivo de produção de alimentos orgânicos para comercialização, salvo hortas e pomares familiares, portanto, na perspectiva de subsistência. O aumento expressivo da construção de “sobrados” e prédios acena, infelizmente, para o desejo de permanecer longe do cultivo da terra, vivendo como operários.

Lamentavelmente, porque o alimento vai muito além da nutrição, atingindo, teologicamente, a alegria, ao prazer do comer. Comer prazerosamente, com deleite, como gratidão ao doador da vida que, pela mãe terra, nos presenteia com a graça do trabalho, que deixa de ser “com o suor do teu rosto”, para ser hobby e êxtase ao contemplar o milagre da terra que, nela posta, a semente (trabalho) é fecundada. Pode-se dormir, acordar. Deus envia o sol e a chuva e, quando o produto está pronto, colhe-se e alimentamo-nos, saboreando-o deliciosamente. Para tanto, a estrutura do rosto assim foi feita, com todo o cuidado pelo Criador: dois olhos mais acima para enxergar de longe, para ter maior visibilidade – veem o produto e acenam para ser acolhido ou rejeitado. A primeira nutrição é feita pelos olhos que se encantam e promovem abundante saliva. Segue o nariz – o olfato é o segundo ponto de verificação da qualidade do produto. Se os dois postos de controle o aprovarem, o alimento desce redondo, cantando e louvando o Criador e de tudo doador. Comer gostosamente é aplauso, gratidão e retribuição. Jesus fazia isso como Senhor e Mestre. Era chamado, pejorativamente, de “comilão e beberão”. Ele sabia bem o que fazia e o fazia competentemente.

Comer para sobreviver, sim, comer para nutrir-se, repor as forças, sim. Mas há algo mais importante. Comer juntos para unir. Comer juntos para manter e fortalecer a união. Comer para criar vínculos ou fortalecer os vínculos existentes. Comer para compartilhar, informalmente, sonhos, realizações e frustrações. Comer juntos para superar a desigualdade, a marginalização, a exclusão. As festas sempre contam com o ato de comer/beber para unir. Festas são trocas de amabilidades, presentes que são a presença dos convivas. Infelizes das famílias, sociedades que não possuem “a mesa”, isto é, comer juntos, mesmo quando mesa física não há.

Se procede o dito “família que reza unida, permanece unida”, tão verdadeiro é afirmar: comunidade que come junto, permanece junto. Mais do que a necessidade do alimento físico, grita, clama a fome da amizade, do afeto, do carinho que, muitos procuram no momento do comer. Não

é por acaso que, em comunidades, não raro, os encontros se concluem com uma pequena refeição, tão esperada pelos convidados. Certamente, não participam do encontro para comer, mas comem para saciar o desejo de afastar a solidão, o abandono, o sentido de vazio, o esquecer das dores que a idade traz por si mesma. Por isso, mais do que avaliar as festas comunitárias pelos recursos monetários arrecadados, é importante avaliar o “plus”, difícil de ser aferido, mas sendo possível, mediante a satisfação dos participantes do evento comunitário revelado na conversa alta, animada, sorrisos, abraços, partilha de alimentos e bebidas. Bem-aventurada a comunidade que promove festas populares. Ela permanecerá, provavelmente, unida.

Figura 4 – Imagens de alimentos e mudas de árvores frutíferas em doação



Fonte: Acervo da pesquisa, 2021.

Exercitar a economia da dádiva faz crescer a felicidade, isto é, a Felicidade Interna Bruta –FIB, conhecida no Butão com a sigla em inglês Gross National Happiness, ou GNH. Em sua essência, o FIB compreende um conjunto de valores que promovem a felicidade coletiva como valor último de qualquer estratégia de desenvolvimento:

“GNH pode ser descrito como: Holístico: reconhecendo todos os aspectos das necessidades das pessoas, sejam estes espirituais ou materiais, físicos ou sociais; Equilibrado: enfatizando o progresso equilibrado em direção aos atributos do GNH; Coletivo: Ver a felicidade como um elemento, um abrangente fenômeno coletivo; Sustentável: buscando o bem-estar para a presente e as futuras gerações; Equitativo: Alcançar razoável e equitativa distribuição de nível de bem-estar” (Ura, Alkire, Zangmo, Wangdi, 2012, p. 7).

Ao doar produtos da horta doméstica, colhe-se uma alegria inenarrável. Não pode ser maior a alegria, como doadores, dos recebedores. Planta-se, vislumbrando o sorriso dos donatários. Planta-se também o que não será consumido por quem planta, pois, planta-se pensando nas pessoas concretas que gostam de taiá, chuchu, radicci de todo o ano..., que outros irão consumir. E, assim, procura-se produzir mais hortaliças, verduras, ervas condimentares e aromáticas, frutas,

mudas... justamente para distribuir. A felicidade não se restringe ao ato de dar, mas em todo o processo, do plantio à colheita, passando pela preparação da terra, no deitar da semente, nos cuidados, na colheita... Sempre pensando, concretamente, naqueles que possuem rosto, nome e irão receber. Planta-se cantando e colhe-se exultando para partilhar. É uma experiência de felicidade. Felizes aqueles a quem é dada tal oportunidade, tal graça. Serão felizes no cotidiano. Dormirão agradecidos, sonharão, frequentemente, com a missão, e acordarão sorrindo com o “trabalho” que o novo tempo lhes oferece. Todos os dias serão dias únicos. Dirão, independentemente das condições climáticas: “não existe, não existiu e não existirá nenhum dia tão especial como hoje para...” Por que? Porque para quem quer doar, a criatividade ensina o que pode fazer em qualquer tempo, em todo o tempo, o tempo todo... que sempre é favorável a quem se propõe viver dadivosamente.

Existem no bairro inúmeros terrenos baldios para desenvolver projetos de hortas comunitárias. Num primeiro momento pretende-se incentivar e/ou reavivar hortas familiares. Essas hortas servirão de experiência piloto para hortas comunitárias.

Doar, portanto, dadivosamente, sem a presença da moeda, do dinheiro, sem troca, sem escambo, sem mercado que visam acumulação de bens, de valores, é um ato gratuito que acena para o apreço, a consideração do recebedor. É um ato de estima, consideração, amizade. O recebedor deixa de ser visto como um “cliente” ao passar a ser tratado como irmão, irmã por vezes, bem mais do que um irmão, irmã, amigo, pessoa próxima, íntima, pois recebe o que alimenta integral e prazerosamente. É o mesmo que dizer: Recebe! Come! Alimenta-te! Quero-te vivo. Quero que sejas. És importante para mim. És da minha família não por consanguinidade, mas da minha família por opção. Eu te escolho. Eu te necessito para que minha vida tenha mais sentido. Contigo minha vida é mais. Eu sou mais. “Eu somos nós”. Contigo minha vida é mais vida. Vou contigo no alimento que recibes como condição de, ao te alimentares, continuares a ser o que és. Quero-te saudável, alegre, vibrante sonhador, realizado, porque assim, sendo o que és o mundo já está melhor.

A modo de conclusão, contribuições da Economia do Dom para uma nova economia

O presente trabalho permitiu concluir que a “Economia do Dom” fornece preciosas contribuições para uma nova economia. Tornada prática na criação de uma horta doméstica, com fins de compartilhar alimentos saudáveis e mudas de árvores frutíferas, evidencia-se que essa Economia da Dádiva favorece uma alimentação saudável, livre de agrotóxicos. Incentiva o cuidado com o ambiente, naturalmente, tratando-o com respeito, como se trata um irmão, uma irmã, retribuindo a gratiosidade que é para todos os moradores da casa comum.

Além disso, promove a personalização de todos os seres, dando-lhe voz e vez, dialogando com eles que nos questionam e pedem atenção para viver e nos ajudar a vivermos, e torna o trabalho um hobby, mesmo que ocorra suor e cansaço, que são inevitáveis.

A partir da partilha, possibilita-se criar vínculos ou fortalecer os existentes entre os moradores de uma comunidade, viabilizando o intercâmbio de saberes, sobretudo na área da produção de alimentos saudáveis. Também, oportuniza aos moradores do bairro a apresentarem as próprias necessidades, conhecer as necessidades de outros e entreajudarem-se, na comunidade, não infrequentemente, mais do que na própria família. Com isso, rompe-se com o anonimato, aproximando pessoas, cada um cuidando de todos e todos cuidando, carinhosa e afetuosamente, de cada um, como a mãe cuida dos filhos.

O impulso simbólico de uma horta doméstica pode gerar uma alegria indizível, inefável ao participar da Economia de Oferta, pois, a vida, o “tempo livre”, as próprias férias, passeios, descanso... tudo pode ser planejado, levando em conta a horta familiar, acendendo, despertando o desejo em não interromper o processo do dar, receber e retribuir. Porque isso significa manter vínculos que plenificam a vida e que ouro nenhum compra. Viver é, sobretudo, conviver.

Bibliografia

- Ahlert, A. (2003). *A eticidade da educação: o discurso de uma ética solidária/universal*. Ijuí: Unijuí.
- Alpino, Tais de Moura Ariza et al. (2020). COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cadernos de Saúde Pública [online]*, v. 36, n. 8. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>.

- Caillé, A. (1998). Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, pp. 5-38. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000300001>
- Caillé, A. Dádiva. (2009). In: Hespanha, Pedro [et al.]. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina; São Paulo, Brasil: Almedina Brasil, 2009, pp. 103-107.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2021). <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/blumenau.html>
- Itoupava Central (s.d.). https://www.blumenau.sc.gov.br/downloads/seplan/perfil_bairros/bairro_itoupava_central.pdf
- Martins, P. H. (2014). O ensaio sobre o dom de Marcel Mauss: um texto pioneiro da crítica decolonial. *Sociologias*, ano 16, no 36, mai/ago, p. 22-41. <https://doi.org/10.1590/15174522-016003602>
- Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- Meliá, B. (1990). A terra sem mal dos Guarani - Economia e profecia. *Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 33, p. 33-46. <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111213>
- Neukirchen, L. C. et al. (2017). *Commodities* na contramão da sustentabilidade e dos desafios éticos do desenvolvimento rural sustentável. In: Ahlert, A.; Neukirchen, L. C. (orgs.). *Ética e bioética do desenvolvimento sustentável*. Curitiba: CRV, pp. 91-113.
- Oliveira Netto, A. A. (2006). *Metodologia da pesquisa científica*: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. Florianópolis: Visual Books.
- População. População Itoupava Central, Blumenau (2021). https://populacao.net.br/populacao-itoupava-central-blumenau_sc.html.
- Ribeiro-Silva, R. de C. et al. (2020). Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*. v. 25, n. 9. pp. 3421-3430. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>
- Silva Martins, M. A. das N.; Diniz de Abreu, T. C.; Silva de Moura, L. N. (2020). Práxis freireana: diálogo, pesquisa-ação e escola democrática. *Olhar de Professor*, vol. 23. <https://doi.org/10.5212/Olhar-Prof.v.23.2020.16401.209209227954.0715>.
- Stein, E. (2003). *Nas proximidades da antropologia*: ensaios e conferências filosóficas. Ijuí: Editora Unijuí.
- Ura, K., Alkire S., Zangmo, T., Wangdi K. (2012). An Extensive Analysis of GNH Index. Thimphu, Bhutan: The Centre for Bhutan Studies. <https://doi.org/10.35648/20.500.12413/11781/ii036>
- Vigisan, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2021). *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Instituto Vox Populi. <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome>
- Zanini, E. de O.; Soares, SC.; Ahlert, A. (2021). A alimentação como direito humano: perspectivas éticas e bioéticas. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 10, n. 10. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18677>
- Yin, R.K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

